

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 458, DE 2015

Apensados: PL nº 576/2015, PL nº 579/2015 e PL nº 596/2015

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.

**Autor:** Deputado ANDRE MOURA

**Relator:** Deputado Sandro Alex

## I – RELATÓRIO

Nos termos do projeto de lei em epígrafe, será válida em todo território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, a carteira de radialistas emitida pelo sindicato da categoria, podendo, em caso de inexistir sindicato, ser emitida por Federação, devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho.

De acordo com a inclusa justificação, a proposição constitui os justos reclamos da categoria profissional dos Radialistas, que aspira ser-lhe aplicável a mesma medida constante da Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, que “Atribui valor de documento de identidade à carteira de Jornalista Profissional”. Destaca que outros diversos segmentos têm o documento de identidade profissional reconhecido em todo o território nacional como prova de identificação, a exemplo dos advogados (Lei 8.906/94, art. 13).

Ao projeto de lei foram apensadas três proposições, PL 576/15, PL 579/15 e PL 596/15, de idêntico teor: dispor sobre a identificação profissional de radialista.

A douta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP votou pela aprovação do projeto de lei principal e dos projetos apensados, na forma de um Substitutivo.

Cuida-se de apreciação conclusiva das comissões.

No prazo regimental, foi apresentada, neste colegiado, uma emenda supressiva, da lavra do ilustre Deputado Roberto Alves, a fim de retirar o art. 7ºE da proposição principal.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Os projetos de lei em comento, bem como o Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e a emenda apresentada nesta comissão, atendem aos pressupostos de constitucionalidade e de juridicidade.

A técnica legislativa é satisfatória, embora falte aos projetos e ao Substitutivo o artigo inaugural com o objeto da lei. Somente o PL 579/15 contém o artigo, redigido, porém, de forma incorreta.

No mérito, a matéria haverá de ser aprovada.

É meritório conferir força de identidade civil à carteira profissional de radialista, assim como ocorre com outras profissões.

Esse regramento legal estará em consonância, inclusive, com o disposto na Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que

dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

Com efeito, dispõe o art. 2º da referida lei:

*“Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:*

*I – carteira de identidade;*

*II – carteira de trabalho;*

***III – carteira profissional;***

*IV – passaporte;*

*V – carteira de identificação funcional;*

*VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.*

*Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.” (grifos nossos)*

De outra parte, o Substitutivo aprovado pela comissão de mérito predecessora (CTASP) tornou a redação mais concisa, ao dispor sobre a matéria em três artigos.

No entanto, o Substitutivo manteve a norma pela qual os órgãos de classe poderão convocar os filiados para a renovação da carteira, sob pena de suspensão do registro até sua regularização junto à Federação ou Sindicato – norma esta que vinha nos outros projetos como art. 7ºE, à exceção do PL 579/15. Esta norma, ao penalizar com a suspensão do registro profissional o radialista que porventura não renovar a carteira profissional, não se mostra adequada, configurando claro exagero.

A emenda apresentada nesta comissão pelo nobre Deputado Roberto Alves também se insurge contra essa norma, sendo, portanto, procedente.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 458/15, do PL 576/15, do PL 579/15, do PL 596/15 e da emenda apresentada nesta

comissão, todos na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), com subemendas.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado SANDRO ALEX

Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 458, DE 2015**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.

**SUBEMENDA Nº 01**

Acrescente-se ao Substitutivo o seguinte art. 1º, renumerando-se os demais:

*"Art. 1º Esta lei dispõe sobre a identidade profissional de radialistas."*

Sala da Comissão, em                    de                    de 2017.

Deputado SANDRO ALEX  
Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 458, DE 2015**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.

**SUBEMENDA Nº 02**

Suprima-se o parágrafo único da redação conferida pelo Substitutivo ao art. 7ºC.

Sala da Comissão, em            de            de 2017.

Deputado SANDRO ALEX  
Relator